

Prefácio

A televisão como objecto pensável

Estudar a televisão continua a ser tarefa necessária e urgente. Mas, infelizmente, continua a ser também uma tarefa ainda pouco praticada em Portugal. É mais fácil opinar e sobre ela manifestar asco ou sedução, do que interrogá-la e investigá-la, fazendo dela um objecto pensável e pensado.

E, todavia, tal exame apresenta-se como imprescindível não só por razões que se ligam ao próprio objecto, como também pelo facto de ele ser, em certa medida, um sintoma (ou campo de sintomas) da vida social e cultural e, ao mesmo tempo, uma instância que produz a própria sociedade.

Operando nesse jogo de espelhos e de fabricante de eventos e de representações, o dispositivo televisivo é, em todo o caso, uma realidade situada, com o seu *hic et nunc*, o seu contexto histórico-social, a sua trajectória e o seu destino. O que significa que compreender a sociedade que somos passa inquestionavelmente, nos nossos dias, por conhecer a televisão que temos e tivemos – na sua performatividade, nas suas ousadias e impasses, nas suas conquistas e influências. Também, na sua capacidade ou incapacidade de se entrosar com o húmus de onde emerge, de o dizer e mostrar, mesmo quando esse mostrar se faz através dos vários níveis de ocultação que todo o acto enunciativo implica.

O que neste livro está em exame é a informação televisiva, em particular a informação televisiva não diária. Isto é, aquele tipo ou género de programas – como os debates ou as entrevistas – que, habitualmente com ritmo semanal, descolam do frenesi dos dias e procuram esclarecer, contextualizar ou dar sentido aos grandes dossiês da actualidade de cada momento.

Felisbela Lopes é hoje uma das maiores especialistas dos estudos sobre a informação televisiva, em Portugal. Há mais de dez anos que se dedica a olhar com minúcia para os alinhamentos dos telejornais, para o lugar da informação não diária na programação dos canais generalistas, para as temáticas abordadas, os formatos utilizados, os protagonistas e intervenientes nesse tipo de programas.

Tendo iniciado os seus estudos em torno da análise da relação do *Telejornal* com o serviço público¹, a autora passou, depois, a uma empresa mais ambiciosa: rastrear ao longo de uma década, e com base em múltiplas fontes, os programas informativos não diários dos três canais generalistas², procurando detectar tendências, estabelecer comparações e apontar zonas de visibilidade e de silêncio, sem descurar as lógicas globais das programações, aquilo a que chama, recorrendo a Gonzalez Requena, o “macrodiscurso televisivo”.

Cabe aqui observar que este trabalho não surge de forma desgarrada: no quadro de uma das linhas de investigação do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, tem vindo a desenvolver-se o projecto *Mediascópio – Estudo da Reconfiguração do Campo da Comunicação e dos Media em Portugal*, no qual Felisbela Lopes participa desde o início. Esse projecto visa monitorizar o campo mediático, tomando como ponto de partida a informação que esse campo produz sobre si próprio. Ora, desde o início se sentiu a necessidade de fazer alicerçar as análises sobre o presente numa perspectiva temporal mais profunda, encontrando antecedentes e filiações que ajudem a atribuir sentido e horizonte àquilo que vai acontecendo. O estudo da autora sobre a informação não-diária inscreve-se nessa linha de preocupação e as balizas temporais que lhe serviram de referência tornam-se compreensíveis: os anos de 1992-93 assinalam uma mudança estrutural no panorama audiovisual português, com a entrada em cena dos operadores privados de televisão de sinal aberto e o inerente fim do regime de monopólio da RTP.

Num quadro de concorrência, por vezes feroz, entre canais, vamos assistir, a partir dos anos 90 – e aqui deixamo-nos guiar pelas conclusões de Felisbela Lopes – a uma crescente contaminação da informação pelo entretenimento, a uma diluição de fronteiras entre os dois géneros, e finalmente, a um quase apagamento da informação não-diária das grelhas de programas, especialmente nos canais privados. A televisão tende a tornar-se progressivamente auto-referencial, fabricando e espectacularizando dimensões extremamente redutoras da vida real e tomando os produtos assim construídos como o referente das próprias notícias. O paroxismo deste registo atinge-se quando o noticiário de um canal abre com a notícia de uma peripécia num dos seus *reality-shows*. Atinge-se aí o auge da “*bigbrotherização*” da informação televisiva.

Quando não foi por essa vereda de descontrolo, a informação não-diária afunilou nas matérias debatidas e, sobretudo, nos protagonistas do debate, a ponto de a autora desta obra aludir, a dado passo, a uma *elitização* do espaço público televisivo, por ser a informação televisiva um “um operador semântico

¹ Cf. Lopes, Felisbela (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Minerva, 202 págs.

² Cf. a tese de doutoramento da autora, que resultou dessa pesquisa, “Uma década de televisão em Portugal, 1993-2003 – Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas”, apresentada na Universidade do Minho em Outubro de 2005.

muito selectivo”. E convoca o filósofo José Gil, cuja análise se aplica bem neste contexto: “Não há espaço público porque este está nas mãos de umas quantas pessoas cujo discurso não faz mais do que alimentar a inércia e o fechamento sobre si próprio da estrutura de relações de força que elas representam”.

Em resumo, não é especialmente brilhante o retrato que Felisbela Lopes nos restitui, apoiada nos documentos e nos dados que analisou. Mas esse retrato não diz respeito apenas aos canais e à televisão, enquanto instituição. É também, e em alguma medida, um retrato da sociedade que somos.

A questão é saber se o meio televisivo constitui um “caso perdido” do ponto de vista da munição que lhe cabe ser de alguns dos recursos e ferramentas imprescindíveis à participação dos cidadãos na vida pública. Em diversos passos deste estudo é possível detectar sinais de que não faltam, no próprio universo televisivo, profissionais que se inquietam, que dão voz à inquietação e, mesmo, à denúncia. Tais atitudes inscrevem a contradição e o debate no interior dos canais, mas será suficiente para questionar a lógica do audímetro, que parece ser o critério hegemónico, se não decisivo, dos seus responsáveis?

Uma coisa é certa: a centralidade da televisão – que se vai por certo manter no próximo futuro – exige que não abandonemos o meio à sua sorte. Que façamos dele preocupação pública. Que o tomemos como objecto de projectos e linhas de investigação. Que alimentemos o debate em torno daquilo que nele nos provoca rejeição ou aplauso. Que denunciemos os silêncios injustos e as ausências empobrecedoras. Que contrariemos a tendência para o ‘prato único’, especialmente em horas de grande audiência. Por tudo isto, este livro de Felisbela Lopes constitui um notável contributo, contanto que seja lido e estudado. Não apenas por jornalistas ou políticos ou investigadores. Por todos os cidadãos interessados na *res publica*, incluindo particularmente aqueles que frequentam as escolas secundárias e o ensino superior.

Manuel Pinto

*Coordenador do projecto Mediascópio e director
do CECS – Centro de Estudos de Comunicação
e Sociedade da Universidade do Minho*